



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

As Dimensões da Crise do Capital e a Particularidade Brasileira no Início do Século XXI

Adilson Marques Gennari

Como citar: GENNARI, A. M. As Dimensões da Crise do Capital e a Particularidade Brasileira no Início do Século XXI. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 31-44.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p31-44>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

AS DIMENSÕES DA CRISE DO CAPITAL E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Adilson Marques GENNARI

1 INTRODUÇÃO

Neste pequeno ensaio vamos tecer uma reflexão sobre o significado da atual crise do capital. Para tanto, em primeiro lugar, abordaremos sucintamente alguns aspectos teóricos da crise, embasados nas ideias clássicas de Karl Marx. Em seguida, analisaremos alguns aspectos estruturais ligados ao atual processo de globalização hegemônica, em que seguiremos inicialmente os passos e reflexões de Boaventura de Souza Santos e Istvan Mészáros, e por fim, trataremos de alguns elementos que julgamos centrais da atual crise da particularidade brasileira e nestes buscamos refletir junto com Francisco de Oliveira e Leda Paulani. Nosso objetivo é buscar contribuir para o debate teórico no campo das ciências sociais, no sentido de elucidar os complexos processos da crise atual que impactam profundamente nossas vidas.

2 A CRISE DO CAPITAL E O ATUAL PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

Segundo Santos (2002), a sociedade moderna experimenta atualmente sua quarta onda de globalização. Mas a globalização não é um processo unívoco. Pode-se verificar a presença de pelo menos dois processos de glo-

<https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p31-44>

balização simultâneos: o processo de globalização hegemônico e o processo de globalização contra-hegemônico. O hegemônico está relacionado à busca de hegemonia por parte do poder das corporações internacionais, dos países hegemônicos, principalmente, os EUA e seu pensamento também buscam hegemônizar-se: o pensamento neoliberal, com sua crença no mercado todo poderoso e no indivíduo como ente fundamental da sociedade. Já o processo de globalização contra-hegemônico busca alternativas ao poder hegemônico, criando um debate e um movimento internacional em favor da diversidade cultural, da defesa da ecologia, dos direitos e garantias sociais, da democracia radical, dos direitos das mulheres e alguns chegam a almejar a transição para outra sociabilidade, como é o caso do movimento eco-socialista e de tantas outras organizações e coletivos de esquerda.

A virada do milênio representa um momento de grandes transformações. Fatos marcantes como a queda do muro de Berlim, ou o fim do Império português com a volta de Macau para a China, são ofuscados, dada sua imersão em um universo de transformações estruturais cujas origens remontam aos anos 1970. Crise do sistema de Bretton Woods. Crise do padrão de financiamento da acumulação de capital. Crise da forma de ser do capitalismo do pós-guerra. Crise da matriz produtiva baseada na segunda revolução industrial e introdução das novas formas de produção da nova acumulação molecular digital. A microeletrônica e a informática distinguem-se das transformações tecnológicas anteriores, posto que incidem sobre todo o tecido econômico e, crescentemente, sobre o tecido social. Assim, pôde se generalizar e ganhar o status de revolução tecnológica.

A crise atual do capital é a base, tanto do ideário neoliberal, quanto da busca de lucratividade pelos capitais globais. As ideias neoliberais ganham a dimensão de ideário do processo de globalização, na medida em que os capitais globais necessitam de flexibilidade, desregulamentação e destruição das amarras impostas pelos trabalhadores e seus sindicatos, a imposição de limites ao livre fluxo de capitais, a precarização e a superexploração do trabalho. A crise geral, resultado da luta de classes e da concorrência entre os capitalistas, acaba por impor novos padrões tecnológicos e novas formas de exploração que reinventam a tecnologia e as formas de produzir. Inesperadamente, a busca por mais valia relativa e absoluta reinventam a geografia mundial e colocam a China como a grande fábrica

do mundo. Assim, ao deslocar a força de trabalho necessária ao capital, a Europa vê-se envolta a uma grande crise estrutural. O velho capital necessita, de preferência, de força de trabalho superexplorável, ou seja, não lhe apetece um Estado do Bem Estar Social incapaz de lhe garantir exuberantes taxas de exploração. Assim, o capital reinventa a geografia econômica ao deslocar-se prioritariamente para a China (com monumentais contingentes populacionais aptos à superexploração) e a outros países do globo, que apesar de secularmente engajados na acumulação de capitais, pelo menos desde o período mercantilista, são agora denominados pelos disciplinados economistas das agências de fomento e regulação por “emergentes”.

O que entendemos por globalização refere-se a fenômenos relativos à reordenação capitalista, que foi sendo desenvolvida com medidas concretas de política econômica como uma determinada resposta à crise estrutural capitalista da década de 1970. Segundo Chesnays (1997, p. 13-14), a partir de 1978, a burguesia mundial, conduzida pelos norte-americanos e pelos britânicos, empreendeu em proveito próprio, com maiores e menores graus de sucesso, a modificação internacional, e a partir daí, no quadro de praticamente todos os países, das relações políticas entre as classes. Começou então a dismantelar as instituições e estatutos que materializavam o estado anterior das relações. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram um após o outro, desde o advento dos governos Thatcher em 1979 e Reagan em 1980, devolveram ao capital a liberdade que havia perdido desde 1914, para mover-se à vontade no plano internacional, entre países e continentes.

É um fato que a produção atual está subsumida à lógica do capital financeiro, que conquistou liberdade de movimento global e trafega à “velocidade da luz” pelos chamados mercados. Mas aí não está o cerne da questão ou a essência da mudança. Segundo Francisco de Oliveira (2006, p. 274), o capitalismo atual se pauta por:

[...] um capital de imagens que torna a marca seu principal *atout* comandado por uma digitalização e molecularização que mudou radicalmente a linguagem e as referências do próprio cotidiano e permite uma forma de capital que atua como virtual, isto é, capaz de extrair mais-valia no momento do uso da força de trabalho, sem os constrangimentos da era industrial, que criaram a virtualidade da classe que, nos termos

de Thompson, requer, sempre, sua própria autoinvenção. É a forma suprema do trabalho abstrato, afinal, lograda pelo sistema capitalista.

Com efeito, no capital virtual, a mercadoria pode ser também virtual, assim como o próprio ambiente de trabalho, ou seja, pode ser um “serviço”, um “efeito útil”, uma “marca”, uma “imagem”, cuja produção é simultânea à realização. É assim que o capital virtual “abre mão” da fábrica para a produção de valor (OLIVEIRA, 2006).

Para o sociólogo Bauman (1999), uma das consequências do processo de globalização é o surgimento, de um lado, de uma nova classe superior, rica e com mobilidade física e virtual, “os turistas”, que viajam tanto a trabalho quanto para mero desfrute e consumo de cultura; e de outro lado, o vagabundo, que representa o pobre, que se desloca, mas é sempre indesejado. Isso ocorre impulsionado por mudanças nas tecnologias de informação e suas consequências nas novas formas de ser do capital. Segundo Bauman (1999, p. 102),

[...] uma vez liberado do espaço, o capital não precisa mais da mão de obra itinerante (enquanto sua mais avançada e emancipada vanguarda *high-tech* sequer precisa de mão de obra alguma, móvel ou fixa). É assim a pressão para derrubar as últimas barreiras para o movimento do dinheiro anda de mãos dadas com a pressão para cavar novos fossos e erigir novas muralhas (chamadas de lei de “imigração” ou de “nacionalidade”) que barrem o movimento daqueles que em consequência perdem, física ou espiritualmente, suas raízes. Sinal verde para os turistas, sinal vermelho para os vagabundos. A localização forçada preserva a seletividade natural dos efeitos globalizantes. Amplamente notada e cada vez mais preocupante, a polarização do mundo e de sua população não é interferência externa, estranha, perturbadora aos processos de globalização – é efeito dele.

Já para o pensamento social crítico de Istvan Mészáros, o atual processo de globalização capitalista aprofunda também as contradições próprias à relação social “capital”. Segundo Mészáros (1997, p. 152)

[...] o capital necessita expandir-se apesar e em detrimento das condições necessárias para a vida humana, levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social. [...] Um sistema de reprodução

não pode se autocondenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento.

Na avaliação pioneira de Marx (1986, p. 107, grifo nosso), “[...] no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas *forças destrutivas*”.

Neste mesmo sentido, na reflexão de Mészáros (1989, p. 29), devemos ter em mente “[...] que a alienação dos meios de produção do produtor é, simultaneamente, também a perversa metamorfose de tais meios de produção em capital.” Neste sentido, toda a maquinaria do atual estágio do capitalismo necessariamente serve mais a propósitos destrutivos do que a objetivos produtivos. Além das guerras, verifica-se um aumento na velocidade de obsolescência das mercadorias produzidas de modo que temos uma taxa decrescente de uso de todos os bens produzidos nunca antes verificada na história.

Posto isso, é preciso considerar que o atual processo histórico de acumulação de capital tem por corolário o aumento colossal da velocidade de rotação do capital, isto é, do tempo em que o dinheiro-capital se transforma em mercadoria e, ao completar o ciclo, volta às mãos dos capitalistas ou investidores.

Isto é causa e efeito do aumento da velocidade de inovações tecnológicas. Um dos aspectos perversos de tal movimento de inovações e revoluções técnicas é o fato da necessidade cada vez menor de trabalhadores no processo produtivo em função da adoção de máquinas e processos mais “eficientes” para enfrentar a permanente concorrência e a luta de classes, e vai, no processo (como na reflexão de Marx), transformando a classe trabalhadora, crescentemente, em classe supérflua, seja pela simples extinção de cargos ou funções, seja pelo corte de custos, com a eliminação de postos de trabalho.

Paradoxalmente, parte significativa da população trabalhadora se vê transformada em “supérfluo” em relação às engrenagens supermodernas de uma sociedade de alta tecnologia em que o capital se transformou em

imagem (DEBORD, 1997). Simultaneamente, o aumento da produtividade do trabalho e da rotação do capital que o acompanha, ao reduzir a taxa de utilização das mercadorias produzidas, seja pelo lançamento de novos produtos ou similares, seja pela planejada obsolescência dos mesmos, transforma crescentemente as mercadorias em dejetos ou entulho, provocando o desmesurado aumento da destruição ambiental (KEMPF, 2009). Assim, naturalmente os seres humanos são vistos como “recursos humanos” ou mão-de-obra, e a natureza como “recursos naturais” inesgotáveis para um processo irracional de produção de massas crescentes de lucros para os acionistas das corporações de escopo.

Naturalmente, as populações pobres são as mais afetadas, pois a um só tempo sofrem o impacto do aumento do desemprego estrutural e da devastação ambiental, com a proliferação de doenças, a favelização urbana, a falta d’água e de saneamento básico, além do crescimento das desigualdades sociais que atingem todo o globo. Nesse sentido, é possível inferir que o surgimento da nova pobreza e a devastação ambiental são duas faces do mesmo processo de produção destrutiva da nova fase do capitalismo globalizado e refletem um momento histórico de crise civilizacional.

Assim, o Estado passa a ser pressuposto da acumulação de capital, como na assertiva de Chico de Oliveira (1998). O Estado neoliberal, diferente da retórica propalada por seus fiéis seguidores, não é aliado do processo de acumulação do capital; ao contrário, desempenha função precípua como agente articulador entre o espaço econômico sob seu domínio e o capital financeiro internacionalizado. Atua como engrenagem na unificação transnacional dos esquemas de valorização financeira, ligando as frações do capital global internacionalizado ao capital local – que garante sua base de sustentação política – para garantir a reprodução ampliada. Desta maneira, convergem os interesses dos blocos de capital privado local, internacional e estatal, sempre garantidos pela capacidade mediadora do Estado.

O grande terreno no qual se busca garantir a convergência dos interesses do capital é a política econômica levada a cabo pelos Estados nacionais, em seus termos monetário, fiscal e cambial. Pois, concomitante ao processo de globalização das finanças que vem ocorrendo desde o último quartel do século XX, houve certa homogeneização das políticas econômicas de Estado, orquestradas pelas instituições liberais e pretensamente “multila-

terais” – como o FMI e o Banco Mundial. Uma vez que o receituário designa sempre os mesmos arranjos institucionais em torno de como os países devem conduzir sua taxa de juros, de câmbio, sua política de comércio exterior ou mesmo seus gastos, abre-se assim um “espaço mundial” homogêneo, que garante ao capital livre circulação, mas acima de tudo garante a mobilidade e o fluxo do excedente econômico gerado globalmente.

O Estado neoliberal converte-se em fundamental ducto pelo qual passa a mais valia mundial em direção às mãos do capital financeiro rentista. Sua forma fenomênica é a dívida pública gigantesca e sua política econômica, orquestrada pelo FMI e Banco Mundial; é a chamada para a geração de superávits primários, desregulamentação financeira, câmbio flexível e outros itens que garantam a livre circulação do capital, mas fundamentalmente o fluxo do excedente econômico gerado globalmente.

No coração da crise atual do capital está o interesse imperialista concreto das corporações de escopo que a um só tempo são organizações produtivas e financeiras. Senão vejamos: aprendemos com o livro terceiro da obra “O Capital” de Karl Marx que, as ações das corporações e os títulos que circulam no mercado de capitais, representam, em última instância, direitos sobre a mais valia futura. Isto explica a crescente importância que as expectativas (dos agentes, do mercado ou simplesmente dos investidores e especuladores) assumirão na história do capitalismo. Neste sentido, as expectativas sobre a economia determinarão o preço das ações e dos títulos. Daí, as contradições, os dilemas e os problemas na esfera produtiva, ou nos chamados fundamentos da economia, alteram as expectativas e provocam um ajuste *ex ante* no valor das ações e títulos.

As instituições bancárias e financeiras se apropriam destes títulos e ações e formam uma verdadeira aristocracia financeira global. Capturam os Estados nacionais porque se utilizam do mercado de títulos e papéis emitidos pelos Estados, assim como fazem com outros títulos em outros mercados. A desregulamentação financeira global, levada a efeito, principalmente desde os anos 1990, na esteira da onda neoliberal ou da globalização hegemônica, como quer Santos (2002), criou derivativos e novos produtos financeiros que acabaram por amplificar a financeirização e o volume de capital financeiro global. No início do século XXI a massa de

capital financeiro representa aproximadamente dez vezes o total do todo o PIB global. É uma hiperbolha financeira.

O interessante relativamente novo é que as corporações de escopo convertam parte do seu capital em carteira de títulos e, portanto, o antes chamado capital produtivo se funde ao capital financeiro e disto surgem, tanto a nova corporação de escopo, quanto o próprio capital financeiro, uma vez que o próprio lucro das corporações incluem em seu montante partes de juros e remunerações financeiras, assim, as corporações do século XXI se apropriam da mais valia de outra forma que as segmentadas empresas de outrora. Lenin (1979) captou em seu “Imperialismo, fase superior do capitalismo” a gênese deste processo. Hoje, encontramos sua maturidade, na qual o capital de uma só vez consegue capturar a mais valia, como empresa, como banco e como sócio dos Estados Nacionais via dívidas públicas crescentes em todo o globo.

Assim, a crise é, no fundo, uma crise de superprodução de capital; deste capital híbrido e totalizante. Esta nova crise assume a aparência de uma crise financeira, mas é de fato uma crise de superprodução de valor que provoca, como dantes, uma tendência à queda na taxa de lucros e a sua conseqüente necessidade de queimar capital. Tudo no sentido de que o capital e seus representantes necessitam reestabelecer a taxa de lucro e assim, a crise cria um aparente caos que tem como objetivo queimar parte do capital e reestabelecer a taxa de exploração, mesmo que para isso tenha que desindustrializar áreas inteiras do planeta e migrar para novos mercados que disponibilizam matérias-primas e força de trabalho com taxas de exploração compatíveis com seus interesses de lucros. Neste sentido, as teses clássicas de Rosa Luxemburg (1985) sobre a necessidade do imperialismo nunca foram tão atuais.

3 AS DIMENSÕES DA CRISE DO CAPITAL E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Não cabe neste trabalho aprofundar a questão teórica da crise do capital, entretanto vale apontar que há uma dimensão teórico-estrutural da crise, relativa à manifestação ontológica da classe capitalista explorada por Marx no livro II de *O capital* (1980), em que há uma reflexão sobre

as origens profundas e determinantes da crise do capitalismo e do capital, expressas na obra fundamental de Marx, “O Capital”, qual seja: a causa e a origem da crise é o próprio desequilíbrio causado pelos capitalistas em sua busca ontológica por acumular mais valia (lucros, juros e renda da terra), ou seja, o desequilíbrio estrutural causado pela ação dos capitalistas ao instaurarem um processo de investimento e busca por excedente econômico, para o qual, necessariamente, inserem no mercado mais valor do que dele retiram no que tange à mercadoria, e concomitantemente, retiram do mercado mais valor na forma dinheiro do que colocam. Assim, criam um desequilíbrio estrutural na sociedade produtora de mercadorias, que causa necessariamente um hiato crescente entre a chamada oferta agregada e a demanda agregada, de modo que a crise aparecerá como uma crise de superprodução ou uma crise de subconsumo, quando na verdade (na essência) é uma crise de desproporção entre o valor que os capitalistas colocam no mercado e a massa de valor que dele retiram. Somente através da existência deste “desequilíbrio” pode a burguesia, ou os detentores de capital, se apropriar privadamente de parcelas da mais valia gerada coletivamente pela classe trabalhadora. Eis todo o segredo da crise do capital e do capitalismo, e de seu agente: a burguesia.

No Brasil, a ascensão do candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República nas eleições de 2002 trouxe tanto esperanças quanto decepções aos filiados e simpatizantes do Partido. Entretanto, é inquestionável que a partir deste momento houve uma inflexão em alguns aspectos da realidade brasileira, como por exemplo, na área social: o Programa Bolsa Família, que acabou por abarcar todos os considerados miseráveis pelos parâmetros do Banco Mundial, ou seja, aqueles que vivem com menos de um dólar por dia. O sucesso do plano chamou a atenção dos políticos, tecnocratas e especialistas do mundo todo dado a abrangência que o Programa alcançou no Brasil, ou seja, cerca de um quarto da população foi retirado da miséria com uma dispensa pública irrisória de menos de meio por cento do PIB. Não cabem dúvidas quanto ao sucesso do Programa, entretanto, cabe questionar e refletir sobre os alcances e limites de programas focalizados que, no limite, não alteram as estruturas econômicas e sociais vigentes, apesar de seu real impacto nos coeficientes de GINI e de IDH do país.

Os primeiros dois governos do PT não se destacaram somente por isso, mas também pelo reajuste real do salário mínimo que somado aos novos incluídos nos programas de previdência social, como os aposentados por idade avançada, resulta num impacto significativo nos indicadores sociais. Entretanto, ao contrário do que afirmam os adeptos do PT e do chamado novo desenvolvimentismo, não houve mudanças estruturais reais no período compreendido nos três governos do Partido dos Trabalhadores em âmbito federal.

A questão fundamental é compreender a forma de inserção do Brasil no processo de globalização, ou seja, a forma subordinada de inserção do Brasil no novo ciclo financeiro e tecnológico global. O Brasil acaba de reproduzir as tradicionais formas de inserção cuja dinâmica principal vem das decisões dos mandatários dos fluxos internacionais do capital.

Um aspecto relevante no processo de desenvolvimento recente, chamado por alguns economistas de “novo desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2012) foi a forma que o Brasil consumiu suas divisas de exportação com um montante equivalente de importações, e as suas relações de quase-dependência da acumulação de capital na China na forma de exportação de produtos primários e semimanufaturados (foco na exportação de *commodities* como carnes, minérios, soja, açúcar etc.), o que repõe a velha sina de país de extração colonial que não consegue se livrar de esquemas de acumulação ampliada de caráter subordinado aos polos hegemônicos.

Do ponto de vista conjuntural, a crise ganha algumas dimensões que precisam ser consideradas, a saber: a) a evolução da conta “transações correntes” do balanço de pagamentos, que assumiu uma trajetória de déficits crescentes de 2008 a 2014, ou seja, desde a grande crise cujo epicentro foram os Estados Unidos; b) o brutal aumento da dívida pública, cuja remuneração empenha quase metade da arrecadação federal; c) a crise política que se seguiu às descobertas dos esquemas de corrupção do “mensalão” e do “petrolão”, cuja derivada foram tanto as chamadas pautas-bomba, quanto a não aprovação das medidas do ajuste fiscal proposto pelo executivo; e *last but not least*, a crise mundial com destaque para a crise chinesa, mais especificamente o tipo de relação e inserção do Brasil no contexto da globalização como grande fornecedor de *commodities*.

Nos braços do PSDB e controvertidamente do PT, o Brasil ganhou um novo papel na divisão internacional do capital, caracterizado por Paulani (2008, p. 131) da seguinte maneira:

Abraçando o projeto neoliberal, vendeu-se a ideia de que o Brasil pegaria o bonde da história pela via do comércio exterior. [...] Mas o Brasil entrou no bonde da história por outra porta e transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias que correm.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil – em razão dos interesses da classe dominante e suas velhas e novas frações – não consegue se desvencilhar de sua miséria histórica, ou seja, sua origem de colônia de exploração. Neste contexto, ou na sua particularidade, a industrialização, entendida geralmente como caminho para a construção da modernidade capitalista, ou para a própria constituição e conclusão do processo de construção da Nação, aqui, não passou de mais um ciclo que se seguiu ao ciclo do açúcar, do ouro e do café. O novo ciclo, o financeiro, reproduz a tradição de subordinação estrutural ao grande capital internacional, sempre como potência econômica rica, mas na condição de sócio menor e subalterno. No atual ciclo, a subordinação é eminentemente financeira com uma estrutura reconvertida à exportadora de *commodities* subalterna ao ciclo industrial chinês e à globalização hegemônica.

Enfim, em nossa reflexão trabalhamos com a hipótese de que a nova fração de classe burguesa (financeira) que dá substância histórico-social ao Partido dos Trabalhadores, não pôde obter outro projeto para a nação senão este, que, de um lado subordina o Brasil a um ciclo financeiro especulativo global e, de outro lado, cabe no máximo fazer algumas concessões aos “de baixo” com o programa Bolsa Família (considerado um exemplo pelo Banco Mundial e pela elite capitalista global). Daí o “beco sem saída” da crise atual. Neste sentido, infelizmente o ano de 2015 deverá apresentar uma queda de aproximadamente 3% no PIB, com severas consequências para a classe trabalhadora, e as perspectivas para 2016 não são menos sombrias, tanto no campo econômico (com a recessão, perda do grau de investimento, déficit em transações correntes, desemprego, dívida pública em elevação etc.), quanto no campo político (com a tentativa de

impedimento da Presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff do cargo máximo da nação). Mas em fevereiro tem carnaval, e desta vez o povo brasileiro, digo, as classes trabalhadoras, não irão apenas sambar e dançar com nossa histórica alegria, posto que precisarão enfrentar grandes desafios: barrar um golpe de direita e repensar os rumos para uma nova sociabilidade que busque superar esta crise civilizacional.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. D. (Org.) *Desenvolvimento econômico em crise. Ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- CHESNAYS, F. *Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.
- DEBORD, G. *Sociedade Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- KEMPE, H. *Para salvar o planeta, livrem-se do capitalismo*. Lisboa: Ana P. Faria, 2009.
- LENIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: *Obras escolhidas de V. I. Lenin em três tomos*. Moscou: Progresso, 1979, vol. 3.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. *O capital, crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1980. [Livro segundo].
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MÉSZÁROS, I. Ir além do capital. In: COGGIOLA, O. *Globalização e socialismo*, São Paulo: Xamã, 1997, 2002.
- _____. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, F. Neoliberalismo y sectores dominantes. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, p. 274. 2006.

PAULANI, L. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, B. S. *Globalização e ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

